

**SELEÇÃO PÚBLICA DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DESTINADA À FORMAÇÃO DE
CADASTRO DE RESERVA PARA O PROVIMENTO DE VAGAS DE ESTÁGIO DE
GRADUAÇÃO QUE VIEREM A SURTIR NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE
CAMPOS ALTOS/MG**

EDITAL N° 02/2015

CADERNO DE PROVA

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO:

- 1- Ao receber este caderno de prova, deverá o candidato verificar se ele contém 45 (quarenta e cinco) questões. Caso o caderno esteja incompleto ou defeituoso, deverá solicitar ao fiscal de prova que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2- Para cada uma das questões há uma única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as marcações, deverá o candidato usar a folha de respostas, único documento válido para a correção da prova.
- 3- A nota para cada questão da prova objetiva seletiva, feita com base nas marcações da folha de respostas, será igual a: 1 (um) ponto, caso a resposta do candidato esteja em concordância com o gabarito oficial definitivo da prova; 0 (zero) ponto, caso a resposta do candidato esteja em discordância com o gabarito oficial definitivo da prova, haja mais de uma marcação ou não haja marcação.
- 4- Na duração da prova (2 horas e 30 minutos), está incluído o tempo destinado ao preenchimento da folha de respostas.
- 5- Na realização da prova, não será admitida a consulta a qualquer material nem a comunicação entre candidatos, sendo também vedada a utilização de aparelhos eletrônicos (beep, telefone celular, walkman, agenda eletrônica, palmtop, notebook, receptor, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, relógio do tipo databank, gravador, pager etc.).
- 6- O candidato somente poderá levantar-se e deixar a sala mediante consentimento prévio, sob a fiscalização da equipe de aplicação de provas.
- 7- O candidato deverá permanecer obrigatoriamente no local de realização da prova por, no mínimo, 1 (uma) hora após seu início.
- 8- O candidato poderá levar consigo este caderno de provas desde que transcorridas 2 (duas) horas do tempo de realização da prova.
- 9- Ao terminar a prova, deverá o candidato chamar o fiscal de prova, entregar-lhe a sua folha de respostas e deixar o local de prova.
- 10- A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na folha de respostas poderá implicar a eliminação do candidato.

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia com atenção o texto abaixo e responda às questões seguintes, de 01 a 03.

Por Luís Francisco Carvalho Filho - Colunista da Folha de São Paulo - Fonte: Folha de São Paulo (<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/08/1667554-opinioao-recurso-e-desperdicado-com-repressao-inutil-a-usuarios-de-drogas.shtml>), publicação em 12/08/2015.

Punir usuários de droga não tem lógica. Lotar as penitenciárias de traficantes é estupidez.

O Supremo Tribunal Federal começa a decidir nesta quinta-feira (13) se é constitucional o artigo 28 da lei 11.343/06. O regime atual não prevê prisão para usuários. É uma inegável evolução legislativa (entre tantos anônimos, Rita Lee e Gilberto Gil foram presos sem justa causa pelo consumo de maconha), mas os pressupostos permanecem falsos.

Hoje, o usuário surpreendido pela polícia com qualquer substância para uso próprio é punido com "advertência sobre os efeitos da droga", prestação de serviços à comunidade ou "medida educativa".

Caso se recuse a cumprir a sentença condenatória, é submetido à "admoestação verbal" e, depois, ao pagamento de multa.

A repressão não assusta, o pito do juiz não serve para nada, mas gera preconceitos e prejudica a vida da pessoa.

A Defensoria Pública ingressou com recurso extraordinário contra a condenação de um réu em Diadema a dois meses de prestação de serviços. Sustenta que a pena criminal viola os princípios constitucionais da intimidade e da vida privada.

O usuário não pratica em tese um ato merecedor de punição. O consumo não causa dano a terceiros e, se é lesivo à própria saúde, não afeta a saúde pública.

O STF pode eliminar a punição dos usuários da legislação brasileira, o que teria efeito simbólico importante para a consolidação de um novo pensamento, ou, diante dos "flagelos" da droga e do crime organizado, deixar tudo como está ou inventar uma solução salomônica que mantenha o dispositivo legal em vigor mitigando suas consequências.

A lei atual erra a mão quando cuida do traficante. Pune com seis meses a um ano de prisão quem fornece droga gratuitamente para pessoa de seu relacionamento para consumirem juntos. Estabelece reclusão de 5 a 15 anos para pequenos fornecedores.

O resultado desta política agressiva, inspirada na guerra contra as drogas liderada pelos Estados Unidos, aplicada a ferro e fogo por juízes reacionários e insensíveis, é o vertiginoso crescimento da população carcerária no Brasil.

Desde 2006, o número de presos por tráfico aumentou 339%. São mais de 145 mil detentos (incluídos os por tráfico internacional), grande parte formada por jovens entre 18 e 24 anos, surpreendidos com pequenas quantidades. Cerca de 63% das mulheres encarceradas são traficantes.

Com a despenalização das drogas (mantidas evidentemente condutas capazes de gerar perigo: pune-se, por exemplo, o ato de dirigir sob os efeitos do álcool), recursos desperdiçados com estruturas burocráticas viciadas e ineficazes, com repressão e encarceramentos inúteis, poderiam ser investidos na prevenção do abuso e no tratamento dos que efetivamente necessitam. O Supremo pode dar um passo na direção certa.

QUESTÃO 01 - O objetivo principal do autor do texto é:

- a) criticar a atual legislação penal relativa ao usuário e ao traficante de drogas.
- b) defender a liberação das drogas.
- c) demonstrar que a superpopulação carcerária é a pior consequência da criminalização do tráfico de drogas.
- d) destacar a importância de políticas públicas na prevenção do abuso de drogas.

QUESTÃO 02 - Considerando o exposto pelo autor, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O recurso extraordinário interposto pela Defensoria Pública junto ao Supremo Tribunal Federal originou-se da condenação de um usuário de drogas a prestação de serviços.
- b) Fazer ou não uso de drogas é uma decisão do cidadão, para quem a Constituição garante o direito à intimidade e à vida privada.
- c) A pena prevista para pequenos fornecedores de droga atenta contra o princípio da proporcionalidade.
- d) O Supremo Tribunal Federal extirpará da legislação brasileira a punição para os usuários de drogas.

QUESTÃO 03 - Diante das afirmativas abaixo, utilize a letra “V”, se estiverem conforme o texto, a letra “F”, se contrariarem o texto, e a letra “U”, se ultrapassarem o texto. Em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

___ Os problemas do sistema carcerário no Brasil são, em parte, consequência da política desastrosa relativa às drogas.

___ Cabe ao Poder Legislativo a alteração do texto da Lei Antidrogas.

___ Partindo de um Juiz, a advertência sobre os efeitos da droga pode mudar a conduta do usuário condenado.

___ As condutas dos usuários de drogas não devem ser punidas.

___ O crescimento da população carcerária no Brasil é diretamente proporcional ao aumento do uso de drogas.

- a) U – U – V – F – V.
- b) V – U – F – F – U.
- c) U – V – F – V – U.
- d) V – F – V – U – F.

Leia com atenção o texto abaixo e responda às questões seguintes, de 04 a 06.

Editorial - Fonte: Folha de São Paulo (<http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2015/08/1666999-questao-de-maturidade.shtml>), publicação em 11/08/2015.

A Câmara dos Deputados pode retomar nesta semana a votação da proposta que reduz de 18 para 16 anos a maioria penal no Brasil.

Aprovada no início de julho após manobra de Eduardo Cunha (PMDB-RJ), presidente da Casa, a iniciativa, por importar mudanças na Constituição, precisa passar por um segundo turno antes de ser encaminhada para o Senado.

Tudo leva a crer que os deputados federais pretendem confirmar a posição expressada 40 dias atrás – quando 323 deles se manifestaram a favor do endurecimento legislativo –, mas a plena vigência dessa medida não está no horizonte próximo. Felizmente.

Se obtiver o aval das duas Casas do Congresso, a proposta de emenda constitucional enfrentará a resistência da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil). O presidente do conselho federal da entidade, Marcus Vinicius Furtado Coêlho, já afirmou que questionará a norma no Supremo Tribunal Federal.

Esse expediente, no entanto, talvez nem seja necessário. Ainda em meados de julho, o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), indicou que atuará contra a diminuição da idade penal. "Eu não defendo a redução da maioria. O mundo caminha na direção contrária", declarou.

Entre os senadores parece prevalecer esse entendimento, o qual não se confunde com omissão diante da sensação de insegurança que aflige a população. Com efeito, no mesmo intuito de dar atenção aos casos de adolescentes envolvidos em atrocidades, o Senado aprovou um projeto de lei bem mais adequado que a PEC da Câmara.

Trata-se, em linhas gerais, de modificar o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) a fim de permitir que o menor infrator permaneça afastado da sociedade por até dez anos, desde que tenha "praticado, mediante violência ou grave ameaça, conduta descrita na legislação como crime hediondo ou homicídio doloso".

Como esta Folha sustenta há bastante tempo, não há por que limitar a três anos a internação máxima possível dos jovens mais violentos (como impõe a lei atual), mas tampouco faz sentido tratá-los como adultos e despejá-los no sistema prisional. Daí a criação de um regime especial para eles, balizado por critérios claros e rígidos.

Dessa forma, sem afrontar a idade penal estabelecida pela Constituição, o legislador ofereceria uma resposta mais proporcional à selvageria de alguns episódios.

Talvez seja em vão, mas não custa torcer para que os deputados tenham maturidade para entender que o projeto do Senado é melhor do que aquele gestado na Câmara.

QUESTÃO 04 - Observa-se no editorial da Folha de São Paulo:

- a) posição favorável à proposta de redução da idade penal em caso de crimes hediondos cometidos por menores de 18 anos.
- b) crítica à tendência da Câmara dos Deputados para aprovar a proposta de emenda constitucional que reduz a maioria penal no Brasil.
- c) defesa da não penalização do menor infrator.
- d) responsabilização do Poder Legislativo pela omissão diante da situação de insegurança da população brasileira.

QUESTÃO 05 - Conforme o texto, a crescente violência cometida por menores de 18 anos:

- a) decorre da omissão dos poderes públicos.
- b) comprova a ineficácia do Estatuto da Criança e do Adolescente.
- c) não deve ser combatida com a redução da maioria penal, mas com a criação de um regime especial.
- d) é um grave problema social que terá uma solução com a aprovação da proposta de emenda constitucional pelas duas Casas do Congresso.

QUESTÃO 06 - Diante das afirmativas abaixo, utilize a letra “V”, se estiverem conforme o texto, a letra “F”, se contrariarem o texto, e a letra “U”, se ultrapassarem o texto. Em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

___ O projeto do Senado Federal apresenta solução diferente daquele aprovado em primeiro turno pela Câmara dos Deputados, e dará solução definitiva à questão da violência cometida por menores de 18 anos.

___ Alteração do Estatuto da Criança e do Adolescente é melhor alternativa que a redução da maioria penal.

___ No caso de crimes hediondos, a legislação penal em vigor deve aplicar-se aos menores infratores.

___ A ampliação do prazo de internação previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente apresenta-se como alternativa mais adequada ao problema da violência infantil.

___ A Ordem dos Advogados do Brasil pretende questionar no Supremo Tribunal Federal eventual modificação no Estatuto da Criança e do Adolescente.

- a) U – V – F – V – U.
- b) V – U – V – F – V.
- c) V – V – F – V – U.
- d) U – U – V – F – V.

QUESTÃO 07 - Assinale a alternativa em que a frase se apresenta gramaticalmente INCORRETA:

- a) Aplicam-se a essa conduta as sanções previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal.
- b) Serão responsabilizados todos os que infringirem a lei.
- c) Remeta-se à Defensoria os autos do processo criminal.
- d) Determino que essas decisões sejam submetidas a reexame.

QUESTÃO 08 - Assinale a alternativa em que a frase se apresenta gramaticalmente INCORRETA:

- a) Seguem os processos com vista à Presidência.
- b) Aspira-se à quebra de recordes.
- c) Assiste-se a uma série de eventos desastrosos.
- d) Em que pese os protestos populares, a Presidente autorizou o aumento da tarifa de energia elétrica.

QUESTÃO 09 - Assinale a alternativa em que a frase se apresenta gramaticalmente INCORRETA:

- a) As denúncias deverão de ser averiguadas.
- b) Havia muitos anos que não o víamos.
- c) É incrível que hajam tantas irregularidades.
- d) Hão de ser atendidas as reivindicações dos movimentos sociais.

QUESTÃO 10 - Nas opções abaixo, as palavras ou expressões guardam uma relação de sinonímia, exceto:

- a) destarte = assim sendo
- b) outrossim = de outra forma
- c) doravante = de agora em diante
- d) não obstante = apesar de

QUESTÃO 11 - Assinale a alternativa em que se verifica erro de ortografia:

- a) uniformizar – padronizar – analisar
- b) excessivo – exceção – execução
- c) exaurir – exalar – exarar
- d) êxito – hesitar – desumano

QUESTÃO 12 - Assinale a alternativa em que a frase se apresenta gramaticalmente INCORRETA:

- a) Não seja inconveniente, aguarde a sua vez.
- b) Não sei a quantas anda o processo.
- c) Haja o que houver, o apoiaremos.
- d) Hão de vencer, não obstante os obstáculos.

QUESTÃO 13 - Assinale a alternativa em que a frase se apresenta gramaticalmente INCORRETA:

- a) As cópias anexas devem ser juntadas ao processo.
- b) Envio-lhe, em anexo, a tabela da Corregedoria.
- c) Encaminho-lhe, anexos, os processos a serem arquivados.
- d) Segue, anexo, os documentos exigidos para a inscrição no concurso.

QUESTÃO 14 - Assinale a alternativa em que a pontuação foi utilizada CORRETAMENTE:

- a) Não pouparemos aos transgressores, as sanções previstas em lei.
- b) Os auditores e os procuradores, serão, doravante, selecionados por meio de concurso público.
- c) As pesquisas mostram que está em queda, o índice de aprovação do governo Dilma.
- d) O fundamento da decisão é este: as provas não foram suficientes.

QUESTÃO 15 - Assinale a opção em que a crase foi utilizada INCORRETAMENTE:

- a) Deu àquela ocorrência enorme importância.
- b) A operação foi feita às escondidas.
- c) Negou à ela qualquer ajuda.
- d) Prestou àqueles que o procuraram todas as informações.

JUIZADOS ESPECIAIS

QUESTÃO 16 - Quanto aos critérios orientadores e à competência dos Juizados Especiais Cíveis, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O processo orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, formalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, a conciliação.
- b) A opção pelo procedimento dos Juizados Especiais Cíveis sempre implicará renúncia ao crédito excedente ao limite pecuniário estabelecido na lei.
- c) Compete aos Juizados Especiais Cíveis promover a execução de seus julgados e dos títulos executivos extrajudiciais, no valor de até 60 (sessenta) vezes o salário-mínimo.
- d) São consideradas causas cíveis de menor complexidade as ações de despejo para uso próprio.

QUESTÃO 17 - Em relação às partes nos Juizados Especiais Cíveis, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O incapaz, desde que devidamente assistido ou representado, pode ser parte no processo.
- b) Podem propor ação perante os Juizados Especiais Cíveis as sociedades de crédito ao microempreendedor, na forma da lei.
- c) Nas causas de valor até 20 (vinte) salários-mínimos a assistência por advogado é facultativa; nas de valor superior, a assistência passa a ser obrigatória.
- d) Não se admite, no processo, qualquer forma de intervenção de terceiros, permitido, porém, o litisconsórcio.

QUESTÃO 18 - Caso o réu, devidamente intimado, não compareça à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, deverá o juiz:

- a) determinar sua condução coercitiva.
- b) nomear-lhe advogado dativo.
- c) nomear-lhe curador especial.
- d) reputar verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar de sua convicção.

QUESTÃO 19 - No que tange à resposta do réu e às provas nos Juizados Especiais Cíveis, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A contestação poderá ser escrita ou oral.
- b) Não é admitida a reconvenção, mas o réu pode apresentar pedido contraposto, fundado nos mesmos fatos que constituem objeto da controvérsia.
- c) Cada parte poderá arrolar no máximo 5 (cinco) testemunhas para serem ouvidas na audiência de instrução e julgamento.
- d) Quando a prova do fato exigir, o juiz poderá inquirir técnicos de sua confiança, permitida às partes a apresentação de parecer técnico.

QUESTÃO 20 - Configuram hipóteses de extinção do processo sem exame do mérito nos Juizados Especiais Cíveis, EXCETO:

- a) não promoção da citação dos sucessores do réu no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência de seu falecimento.
- b) reconhecimento da decadência do direito potestativo.
- c) superveniência de incapacidade civil.
- d) superveniência de insolvência civil.

QUESTÃO 21 - A competência dos Juizado Criminal é determinada:

- a) pela distribuição.
- b) pelo lugar em que foi praticada a infração penal.
- c) pelo lugar em que se consumou a infração penal.
- d) pelo domicílio ou residência do réu.

QUESTÃO 22 - Considerada a sucessão de atos processuais estabelecida pela Lei 9.099/1995, indique a alternativa que apresenta a CORRETA ordem cronológica de incidência dos institutos despenalizadores:

- a) 1º- transação penal; 2º- composição civil dos danos; 3º- suspensão condicional do processo.
- b) 1º- composição civil dos danos; 2º- transação penal; 3º- suspensão condicional do processo.
- c) 1º- suspensão condicional do processo; 2º- composição civil dos danos; 3º- transação penal.
- d) 1º- suspensão condicional do processo; 2º- transação penal; 3º- composição civil dos danos.

QUESTÃO 23 - Aceita a proposta de suspensão condicional do processo pelo acusado, será submetido, durante o período de prova, às seguintes condições legais, EXCETO:

- a) limitação de fim de semana.
- b) reparação do dano, salvo impossibilidade de fazê-lo.
- c) proibição de ausentar-se da comarca onde reside, sem autorização do Juiz.
- d) comparecimento pessoal e obrigatório a juízo, mensalmente, para informar e justificar suas atividades.

QUESTÃO 24 - São causas que impedem a concessão da transação penal, EXCETO:

- a) Ter sido o autor da infração definitivamente condenado, pela prática de crime, a pena privativa de liberdade.
- b) Ter sido o autor da infração beneficiado anteriormente, no prazo de 5 (cinco) anos, pelo mesmo instituto.
- c) Estar sendo o autor da infração processado pela prática de outro crime.
- d) Não indicarem os antecedentes, a conduta social, e a personalidade do autor da infração, bem como os motivos e as circunstâncias, ser necessária e suficiente a adoção da medida.

QUESTÃO 25 - Contra as decisões de rejeição da denúncia ou queixa ou contra as sentenças proferidas nos Juizados Especiais Criminais é cabível o seguinte recurso:

- a) apelação, no prazo de 10 (dez) dias contados da ciência da decisão, através de petição escrita, da qual deverão constar as razões e o pedido do recorrente.
- b) apelação, no prazo de 5 (cinco) dias contados da ciência da decisão, devendo as razões serem oferecidas no prazo de 8 (oito) dias contados da interposição do recurso.
- c) recurso em sentido estrito, no prazo de 5 (cinco) dias contados da ciência da decisão, devendo as razões serem oferecidas no prazo de 2 (dois) dias contados da interposição do recurso.
- d) embargos de declaração, no prazo de 10 (dez) dias contados da ciência da decisão, opostos por escrito ou oralmente.

DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 26 - “Quando na mesma pessoa ou no mesmo corpo de magistratura o Poder Legislativo está reunido ao Poder Executivo, não existe liberdade, pois pode-se temer que o mesmo monarca ou o mesmo Senado apenas estabeleçam leis tirânicas para executá-las tiranicamente. Não haverá também liberdade se o poder de julgar não estiver separado do Poder Legislativo e do Executivo. Se estivesse ligado ao Poder Legislativo, o poder sobre a vida e a liberdade dos cidadãos seria arbitrário, pois o juiz seria legislador. Se estivesse ligado ao Poder Executivo, o juiz poderia ter a força de um opressor. Tudo estaria perdido se o mesmo homem ou o mesmo corpo dos principais, ou dos nobres, ou do povo, exercesse esses três poderes: o de fazer leis, o de executar as resoluções públicas e o de julgar os crimes ou as divergências dos indivíduos” (MONTESQUIEU. O Espírito das Leis. Livro XI, Capítulo VI). No texto transcrito, o autor defende a ideia contida no princípio da:

- a) dignidade da pessoa humana.
- b) separação dos poderes.
- c) liberdade de ir e vir.
- d) soberania do Estado.

QUESTÃO 27 - O controle de constitucionalidade exercido por Juízes de primeira instância, tendo como finalidade principal a tutela de direitos subjetivos, pode ser classificado como:

- a) principal e aberto.
- b) abstrato e reservado.
- c) incidental e difuso.
- d) concreto e concentrado.

QUESTÃO 28 - O artigo 5º, LXVIII, da Constituição Federal, assim dispõe: “conceder-se-á habeas corpus sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder”. Quanto ao instituto do "habeas" corpus, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O "habeas corpus" pode ser repressivo ou preventivo.
- b) O "habeas corpus" pode ser impetrado por qualquer pessoa, em seu favor ou de outrem, bem como pelo Ministério Público.
- c) Não cabe "habeas corpus" quando já extinta a pena privativa de liberdade.
- d) O "habeas corpus" pode ser utilizado contra decisão que condena o acusado exclusivamente ao pagamento de pena de multa.

QUESTÃO 29 - Ainda no que tange aos direitos e deveres individuais e coletivos previstos na Constituição da República, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.
- b) O rol de direitos e garantias expressos na Constituição da República é taxativo.
- c) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.
- d) O Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão.

QUESTÃO 30 - O "quinto constitucional" corresponde:

- a) ao quorum de um quinto dos membros do Supremo Tribunal Federal, para a declaração de inconstitucionalidade das leis.
- b) à necessidade de substituição dos membros que compõem os Tribunais de Justiça dos Estados e Tribunais Regionais Federais a cada cinco anos.
- c) ao transcurso do período de um quinto da sessão legislativa para reapresentação de novo projeto de lei arquivado por inconstitucionalidade.
- d) à composição de um quinto dos cargos dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, e dos Tribunais Regionais Federais, por membros do Ministério Público e advogados, indicados pelos órgãos de representação das respectivas classes.

DIREITO PENAL

QUESTÃO 31 - Dilma, imputável, inicia a prática de crime. Contudo, antes da consumação, voluntariamente, deixa de prosseguir na execução. A conduta descrita caracteriza:

- a) desistência voluntária.
- b) arrependimento posterior.
- c) arrependimento eficaz.
- d) tentativa.

QUESTÃO 32 - Sobre o princípio da legalidade no Direito Penal, analise as seguintes afirmativas e assinale a alternativa CORRETA:

I – Norma penal em branco é aquela que necessita de um complemento normativo.
II – Tipo penal aberto é aquele que exige complemento valorativo, dado pelo magistrado.
III – O juiz, ao analisar o caso concreto, pode complementar a norma penal em branco de acordo com seu discernimento.

- a) Todas as afirmativas são verdadeiras.
- b) Apenas as afirmativas I e II são verdadeiras.
- c) Apenas as afirmativas I e III são verdadeiras.
- d) Apenas as afirmativas II e III são verdadeiras.

QUESTÃO 33 - No ordenamento jurídico brasileiro, a imputabilidade penal:

- a) exclui a ilicitude do fato criminoso pela legítima defesa ou pela falta de discernimento.
- b) equivale à exigibilidade da conduta diversa.
- c) equivale à potencial consciência da ilicitude.
- d) é a capacidade de entender o caráter ilícito do fato e de determinar-se de acordo com esse entendimento.

QUESTÃO 34 - São espécies de penas restritivas de direitos conforme o Código Penal:

- a) perda de bens e valores, multa e prestação de serviços à comunidade.
- b) prestação pecuniária, perda de bens e valores e limitação de fim de semana.
- c) internação em casa de custódia, recolhimento domiciliar e prestação pecuniária.
- d) limitação de fim de semana, cesta básica e internação em escola agrícola.

QUESTÃO 35 - São causas extintivas da punibilidade previstas no Código Penal:

- a) retroatividade de lei penal que deixa de considerar o fato como criminoso, perempção e retratação do agente, nos casos em que a lei admite.
- b) morte do ofendido, anistia e perdão judicial, nos casos previstos em lei.
- c) graça, decadência e renúncia do direito de queixa, nos crimes de ação pública condicionada à representação.
- d) indulto, prescrição e perdão do ofendido, ainda que não aceito, nos crimes de ação privada.

DIREITO CIVIL

QUESTÃO 36 - No que tange à prescrição e à decadência, é CORRETO afirmar que:

- a) a interrupção da prescrição somente poderá ocorrer uma única vez.
- b) salvo disposição legal em contrário, aplicam-se à decadência as normas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição.
- c) é válida a renúncia feita pelo interessado à decadência fixada em lei, desde que o faça expressamente.
- d) prescrevem em 5 (cinco) anos as pretensões de ressarcimento de enriquecimento sem justa causa e de reparação civil.

QUESTÃO 37 - Salvo disposição em contrário, a lei ordinária entrará em vigor:

- a) na data da publicação oficial, tanto no Brasil quanto no exterior, pois, para a legislação ordinária, não há *vacatio legis*.
- b) 30 (trinta) dias após a publicação oficial, no Brasil, e, no exterior, quando admitida, 2 (dois) meses após a publicação oficial.
- c) 45 (quarenta e cinco) dias após a publicação oficial, no Brasil, e, no exterior, quando admitida, 3 (três) meses após a publicação oficial.
- d) 60 (sessenta) dias após a publicação oficial, tanto no Brasil quanto no exterior.

QUESTÃO 38 - Sobre a impenhorabilidade do bem de família, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O imóvel residencial próprio do casal, ou da entidade familiar, é impenhorável e não responderá por qualquer tipo de dívida civil, comercial, fiscal, previdenciária ou de outra natureza, contraída pelos cônjuges ou pelos pais ou filhos que sejam seus proprietários e nele residam, salvo nas hipóteses previstas em lei.
- b) A impenhorabilidade do bem de família é oponível mesmo contra o titular do crédito decorrente do financiamento destinado à construção ou à aquisição do imóvel.
- c) Excluem-se da impenhorabilidade os veículos de transporte, obras de arte e adornos suntuosos.
- d) Para os efeitos de impenhorabilidade previstos em lei, considera-se residência um único imóvel utilizado pelo casal ou pela entidade familiar para moradia permanente.

QUESTÃO 39 - No que se refere aos atos ilícitos, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, exceto se exclusivamente moral, comete ato ilícito.
- b) A deterioração de coisa alheia, ainda que tenha sido praticada para repelir perigo iminente, é considerada ato ilícito.
- c) O ato praticado em legítima defesa é, em regra, ilícito.
- d) Comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.

QUESTÃO 40 - Em relação às diversas modalidades das obrigações, analise as seguintes afirmativas e assinale a alternativa CORRETA:

I - Incorre na obrigação de indenizar perdas e danos o devedor que recusar a prestação a ele só imposta, ou só por ele exeqüível.

II - Cada um dos credores solidários tem direito a exigir do devedor apenas o cumprimento da cota parte que lhe cabe na prestação.

III - A obrigação é indivisível quando a prestação tem por objeto uma coisa ou um fato não suscetíveis de divisão, por sua natureza, por motivo de ordem econômica, ou dada a razão determinante do negócio jurídico.

IV - Qualquer cláusula, condição ou obrigação adicional, estipulada entre um dos devedores solidários e o credor, poderá agravar a posição dos demais devedores, ainda que tenha sido realizada sem consentimento destes.

- a) Apenas as afirmativas I e II são verdadeiras.
- b) Apenas as afirmativas II e IV são verdadeiras.
- c) Apenas as afirmativas I e III são verdadeiras.
- d) Apenas as afirmativas III e IV são verdadeiras.

DIREITO DO CONSUMIDOR

QUESTÃO 41 - No que se refere aos conceitos de consumidor, fornecedor, produto e serviço, assinale a alternativa CORRETA de acordo com o Código de Defesa do Consumidor:

- a) Consumidores são todas as pessoas físicas ou jurídicas que adquirem ou utilizam produto ou serviço, sejam ou não destinatárias finais desse produto ou serviço.
- b) Fornecedores são apenas as pessoas jurídicas, sejam públicas ou privadas, sejam nacionais ou estrangeiras, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços.
- c) Produto é qualquer bem, seja móvel ou imóvel, seja material ou imaterial.
- d) Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, seja gratuitamente, seja mediante remuneração.

QUESTÃO 42 - A inversão do ônus da prova em favor do consumidor, no processo civil, ocorrerá:

- a) sempre que houver requerimento expresso por parte do consumidor nesse sentido.
- b) sempre, ainda que não haja requerimento expresso do consumidor nesse sentido.
- c) quando, a critério do juiz, forem verossímeis suas alegações ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiência.
- d) quando, a critério do juiz, fizerem-se presentes o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*.

QUESTÃO 43 - No que tange à responsabilidade pelo fato do produto e do serviço, é CORRETO afirmar que:

- a) a responsabilidade do fabricante, do construtor, do produtor ou do importador pela reparação dos danos causados aos consumidores em decorrência de defeitos decorrentes de projeto, fabricação, construção, montagem, fórmulas, manipulação, apresentação ou acondicionamento de seus produtos, depende da prova do ato ilícito, do dano, do nexo causal entre um e outro, e da culpa.
- b) a responsabilidade pessoal dos profissionais liberais será apurada mediante a verificação de culpa.
- c) o fornecedor de serviços somente responderá pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços quando comprovada a existência de culpa.
- d) O fornecedor de serviços não será responsabilizado quando provar a culpa exclusiva ou a culpa concorrente do consumidor ou de terceiro.

QUESTÃO 44 - Nas hipóteses de vício de qualidade ou quantidade de um produto, não sendo ele sanado pelo fornecedor no prazo máximo de 30 (trinta) dias, poderá o consumidor exigir:

- a) a substituição por outro produto de espécie, marca ou modelo diversos, independentemente de complementação de eventual diferença de preço.
- b) a devolução em dobro da quantia paga, sem prejuízo de eventuais perdas e danos.
- c) o abatimento proporcional do preço.
- d) qualquer uma das opções anteriores, alternativamente e à sua escolha.

QUESTÃO 45 - Antônio comprou um aparelho de telefone celular pela internet, recebendo o produto diretamente em seu domicílio, porém arrependeu-se do negócio. Nesse caso, Antônio poderá desistir do contrato:

- a) num prazo máximo de 7 (sete) dias contados de sua assinatura ou do recebimento do produto, fazendo jus à imediata restituição integral dos valores desembolsados, a qualquer título, corrigidos monetariamente.
- b) num prazo máximo de 30 (trinta) dias contados de sua assinatura ou do recebimento do produto, fazendo jus à imediata restituição integral dos valores desembolsados, a qualquer título, corrigidos monetariamente.
- c) num prazo máximo de 30 (trinta) dias contados de sua assinatura ou do recebimento do produto, fazendo jus à imediata restituição do valor desembolsado, corrigido monetariamente, deduzidas as despesas de postagem da mercadoria.
- d) num prazo máximo de 7 (sete) dias contados de sua assinatura ou do recebimento do produto, fazendo jus à imediata restituição do valor desembolsado, corrigido monetariamente, deduzidas as despesas de postagem da mercadoria.